

Os Sindicatos dos Trabalhadores em Educação:(re)ações às políticas educacionais para a formação de professores

Cleide Maria Quevedo Quixadá
Viana(*)

RESUMO

O texto apresenta e analisa a posição assumida pelos sindicatos que representam os trabalhadores da educação no Ceará, diante das políticas educacionais para o ensino médio que orientam a formação do trabalhador-aluno, a partir da LDB nº 9394/96, considerando o contexto sócio-político-econômico determinado pela agenda neoliberal.

ABSTRACT

The paper presents the main positions assumed by the Teachers' Unions in Ceará towards the present educational policies established for the Secondary School by the 9394/96 Law – LDB 9394/96, which submits the workers' educational process to the imperatives brought about by the neoliberal agenda.

Palavras-chave: Sindicato dos trabalhadores da educação; reforma do ensino médio e formação do trabalhador.

Keywords: Teachers' Union; secondary school reform and workers' education.

As transformações ocorridas no cenário mundial, sob o signo da chamada 3ª Revolução Industrial e das políticas neoliberais, forjaram um novo arcabouço social de fortalecimento do poder hegemônico.

Antunes (1995) relembra o início dessa crise com as derrotas sofridas pelo forte movimento sindical japonês nos anos de 1950 e 1952/1953, quando os metalúrgicos foram derrotados pela Toyota (1950) e diversas empresas derrubaram líderes sindicais importantes (1952/1953), afetando fortemente a base sindical, dando origem ao sindicalismo de empresa, o sindicato-casa da era toyotista, comprometido com o interesse do patronato. O fato desse novo sindicato haver sido avaliado posteriormente, como pouco cooperativo, gerou um novo modelo, em 1954, *inseido no espírito Toyota, na Família Toyota ... como lema Proteger nossa empresa para defender a vida* ANTUNES (1995:125). Temos, aqui, portanto, as raízes do que se convencionou chamar *sindicato de envolvimento*, caracterizado pela manipulação e cooptação.

O fim da bipolaridade mundial resultante da crise do chamado socialismo real contribuiu para a destruição arrasadora de valores humanistas e progressistas brutalmente esmagados pela força devastadora do deus-mercado e o aprofundamento, a cada dia mais gigantesco, do fosso que separa os ricos dos pobres, os países poderosos dos países periféricos.

Entretanto, a derrocada do bloco socialista não é sinônimo de tranquilidade para o capitalismo. A crise no capitalismo é real e a economia responde às exigências de uma nova ordem mundial afetada por profundas transformações, redesenhando contornos que esmagam como um rolo compressor a classe trabalhadora, uma vez que a recomposição de novos padrões de acumulação depende de mudanças radicais e perversas nas economias mundiais.

Esta crise do capital, desencadeou, no mundo globalizado, um desmonte em escala no Estado do Bem-Estar Social, responsável pela inibição do avanço do socialismo. Entretanto, vale ressaltar que o desmonte do referido modelo não representa, no contexto da nova ordem, uma abertura da retomada das bandeiras socialistas, mas sim uma agudização requintada e mais cruel nas novas formas de exploração da classe trabalhadora.

Referindo-se a estas transformações na década de 1980, ANTUNES (1995:15) salienta que *em uma década de*

grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo as relações de trabalho e produção do capital.

As alterações na concepção, organização e funcionamento no modo de produção capitalista determinam uma convivência compartilhada com tendência à substituição gradativa dos modelos taylorista e fordista, pelo toyotismo, por exemplo, no qual a rigidez, o cronômetro e a produção em série cedem lugar a termos mais elaborados como *flexibilização da produção, especialização flexível, produção enxuta* etc., mas que significam, na prática, o que nós denominamos “requisite de controle”.

Nesse contexto, ANTUNES (1995:15) avalia que *a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise desse século e os direitos do trabalho são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase* Id. (1995:16).

No campo da luta de classes, este novo modelo afetou profundamente a estrutura, a organização e a força dos sindicatos comprometidos com a garantia e conquista dos direitos da classe trabalhadora, no Brasil e nos demais países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo.

O **pânico generalizado** pelo fantasma da ameaça brutal do desemprego estrutural que se faz realidade, atingindo de forma inexorável os trabalhadores nos últimos tempos, é a marca registrada da reestruturação produtiva que dita o **enxugamento** no modo de produção, no qual os postos de serviço são reduzidos ou eliminados.

O enfraquecimento da resistência e do poder de força da organização sindical é fundamental para a garantia da nova ordem de desregulamentação geral das economias neoliberais, na qual os novos contratos trabalhistas se cobram sob a égide da flexibilização de direitos.

No Brasil, o movimento sindical se estruturou através de caminhos diametralmente opostos, reproduzindo os mesmos antagonismos de classe que se fazem presentes e caracterizam a nossa sociedade. Identificamos, de um lado, uma corrente comprometida com a sustentação do poder hegemônico, reconhecidamente *pelega* e corporativa, constituindo-se na avaliação de BOITO JR. (1996:82) a *esmagadora maioria dos dirigentes sindicais brasileiros*, localizada, predominantemente *em sindicatos memores e mais fracos*.

Os sindicatos dos trabalhadores em educação no Ceará: (re)ações às políticas educacionais para a formação dos trabalhadores

Em termos nacionais, este antagonismo se vê historicamente representado pelas duas maiores centrais sindicais do país: a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores - CUT.

A Força Sindical, fundada em 1991, é definida por BOITO JR. (1996:83) como *uma central pelega*, caracterizada por ele de neopeleguista, na qual *eles são neoliberais porque o governo é neoliberal*. Trata-se, portanto, de uma entidade oportunista que faz um *sindicalismo de salchichs*, constituída, na sua origem, por *sindicatos de canimbo*.

A CUT, criada em 1983, fincou sua base de sustentação nas proposições de um sindicalismo combativo¹. Entretanto, as transformações impostas a partir do modelo neoliberal impactaram de forma significativa no rumo da política sindical da CUT². Embora na avaliação de BOITO JR. (1996:85) *a CUT não se converteu numa central sindical neoliberal*, muitos recuos foram impostos ao movimento, recuos estes que se traduzem no que foi denominado de *sindicalismo defensivo*, por se pautar em uma política de resguardo aos direitos até então adquiridos e conquistados a duras penas, ao longo dos embates classistas que escreveram a história da classe trabalhadora na sociedade brasileira, mas que se foram **escoando pelo ralo** com a Reforma da Previdência aprovada a 16 de dezembro de 1998 pelo governo neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesse contexto, a corrente hegemônica da CUT, a Articulação Sindical, tem acenado para um *sindicalismo propositivo e participativo*. Tal modelo, é identificado com propostas de políticas setoriais e a formação de fóruns tripartites³, constituídos de representantes do governo, patronato e sindicatos.

A existência de tal posição no seio do movimento cutista tem se revelado um desafio ao movimento sindical combativo, comprometido com os interesses da classe trabalhadora, uma vez que o sindicalismo propositivo se distancia das posições iniciais defendidas pela CUT, sinalizando para uma negociação que concilia capital e trabalho.

O contexto, aqui brevemente exposto, serve de pano de fundo para a compreensão da situação do movimento

sindical na área da Educação em nosso Estado, enfraquecido pelo poder da onda neoliberal.

Nessa área, a organização sindical dos professores do ensino fundamental e médio no Ceará contou, inicialmente, com a representação majoritária do Sindicato dos Servidores lotados nas Secretarias de Educação e Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias de Educação dos Municípios do Estado do Ceará - Sindicato, conhecido como APEOC, fundada no ano de 1961, a qual tem reconhecidamente pautado sua prática ao longo dos anos, numa perspectiva corporativista e assistencialista, mais identificada com o denominado sindicalismo propositivo.

Em oposição à APEOC, funda-se em 1991, o Sindiute. Este teve origem na resolução política que deliberou pela criação do SINTECE, durante o I Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação, realizado na cidade de Fortaleza no período de 30 e 31 de março e 1 de abril de 1990, conforme orientação do XXII Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil - CPB realizado em 1989, no qual esta Confederação passou a ser denominada de Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, com o indicativo da formação de sindicatos unificados da categoria em todos os estados do Brasil.

Ainda em novembro de 1990, por ocasião do II Congresso Unificado dos Trabalhadores em Educação, o SINTECE foi consolidado, elegendo a sua primeira diretoria para um mandato de dois anos, optando nesta ocasião pela filiação à CNTE, sendo a referida filiação aprovada em dezembro do mesmo ano. Até aqui, a APEOC permanecia omissa com relação à sua participação no movimento para a unificação da categoria.

Vale ressaltar que, durante o ano de 1991, houve um momento em que se achou possível a unificação dos dois sindicatos, quando ambos se dispuseram a trabalhar juntos na elaboração do documento denominado Projeto Alternativo POR UMA ESCOLA PÚBLICA DO TRABALHADOR, lançado em 21 de junho desse ano, contendo em seus pressupostos norteadores a defesa da escola unitária, de concepção gramsciana.

1 De acordo com Cruz, citado em JIMENEZ (2001:108), o discurso do novo sindicalismo representado pela CUT apresentava essencialmente duas características: *o apego à unidade da totalidade social dos trabalhadores enquanto classe social por um lado (...) e a identidade claramente explicitada dos adversários da luta dos trabalhadores: a classe social e o Estado*.

2 Para maior aprofundamento consultar BOITO JR. (1996) e DAMIANI (1998).

3 Para uma análise mais aprofundada sobre a participação da CUT no espaço tripartite de negociação, consultar JIMENEZ (coord.) - A educação do trabalhador nos marcos do tripartismo. Fortaleza, 1998.

A realização do II Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação, em dezembro de 1991, contou também com a participação da própria base da APEOC e com a representação de 500 delegados que decidiram pela unificação do SINTECE E APEOC, fundando, assim, o Sindiute.

Depois disso, muitas idas e vindas, discussões, denúncias de corrupção na APEOC, brigas e desencontros tornaram inviável a concretização da decisão tomada no III Congresso, num claro desrespeito por parte de uma nova diretoria que assumiu a APEOC.

Malgrado todas as investidas de ordem política e jurídica por parte da APEOC e do poder oficial, o Sindiute pretende empunhar a bandeira de um sindicato combativo, comprometido com os interesses da sua categoria, ignorando a influência dos ventos neoliberais que atingem o movimento sindical.

A história do Sindiute tem sido registrada através de um arquivo formado por jornais, atas, boletins, relatórios e dissertações de mestrado. É uma história de luta e dificuldades, na qual se explicita a crença em um dia chegarmos a ter uma escola pública de qualidade para a classe trabalhadora.

As posições defendidas pelo Sindiute e as informações, aqui expressas, nos foram fornecidas pelo seu então diretor de imprensa e divulgação, no dia 3 de dezembro de 1998, na sede do Sindicato.

O Sindiute não possui sede própria. Conta com um pequeno acervo bibliográfico que não está organizado, um fax, duas linhas telefônicas e um computador. As condições de funcionamento, como podemos avaliar, são bastante precárias.

Em 1998, dos 80.000 trabalhadores na base, apenas 3.200 eram sindicalizados e 17.000 mantinham uma pendência jurídica, pois estes não conseguiram se desligar da APEOC e oficializar a sua filiação. Ainda em 1998, cerca de 500 professores se filiaram ao Sindiute e 10 se desligaram. Segundo o seu diretor, as principais causas dos desligamentos foram a falta de compreensão do que seja o sindicato e o agravamento da crise econômica do País.

Antes da última eleição, a diretoria era composta por 18 representantes de quatro correntes políticas. Em 2002, a diretoria estava composta por 18 membros, dentre os quais um representava a cidade do Crato e outro a cidade de Crateús. A vigência do mandato dessa diretoria estava prevista para terminar em dezembro de 2002.

O Sindicato realiza um congresso anual e assembleias de acordo com a necessidade, fazendo com muita precariedade algum tipo de campanha de sindicalização; publica um jornal informativo, que tenta ser mensal, com uma tiragem de 3.000 a 4.000 exemplares, distribuídos gratuitamente de maneira informal em Fortaleza e nas regionais.

Com relação à existência de dois sindicatos representando a mesma categoria, declara o Sindiute não assumir uma posição contrária a somar forças, entretanto, a APEOC, em sua avaliação, se nega a fazer *alguma coisa em conjunto*. Assim sendo, nas campanhas salariais, por exemplo, o Sindiute realiza uma ação articulada com outros sindicatos cutistas.

O diretor do Sindiute por nós entrevistado mencionou a reflexão profunda feita pelos seus membros pertencentes ao antigo PART, no que se refere à crise do capitalismo, às reformas na educação brasileira e ao desemprego. No seu ponto de vista, o fato de a reestruturação produtiva levantar como bandeira o papel fundamental da educação neste contexto serviu para *a adesão descarada da CUT aos programas de requalificação que não passam de blá blá blá, de conversa fiada*, pois, até os que estão empregados correm o risco de perder o emprego, *não é uma simples capacitação que vai garantir emprego*⁴.

Na sua opinião, é importante entender o conteúdo filosófico, ideológico e político da Emenda nº 14, da nova LDB, do Fundef, da municipalização, dos PCN, dos conselhos escolares, das eleições para diretores que, na sua avaliação, são tomados como medidas articuladas para assegurar uma orientação da escola como empresa, em que todo um arcabouço ideológico está sendo trabalhado tão somente para desresponsabilizar o poder público com o financiamento

4 O entrevistado refere-se aqui à participação da CUT – deliberada a partir do V Congresso e da 7ª Plenária Nacional - na política de formação profissional do Ministério do Trabalho, o chamado Plano de Formação Profissional do Ministério do Trabalho - Planfor.

da educação, que mantém para si o controle político-ideológico e transfere para a comunidade a responsabilidade de gerar recursos. Esta é, para esse diretor, a perspectiva que estaria direcionando o telensino, o ensino médio e o supletivo, por exemplo, pois qual seria o interesse do governo em *aplicar um mundo de recursos na educação*, se ele sabe que *não vai ter emprego para todos?*

Ainda, sobre as colocações anteriores, vale ressaltar a posição em certa medida “ingênua” desse diretor, ao dizer que ao governo *só interessa profissionalizar e aí tem que ser uma profissionalização eficiente para uma minoria que vai ter emprego, que vai estar nos núcleos de excelência, nos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs*, pois não se pode garantir que a maioria dos egressos dos CVTs conquiste um emprego em uma sociedade que enfrenta uma crise geral de desemprego, tanto no Brasil como no resto do mundo.

Para ele, as principais conquistas do Sindiute, até o momento, referem-se à melhoria no plano de carreira, reajustes salariais e conquistas funcionais. Entretanto, reconhece que a situação salarial dos professores do ensino médio/ensino médio noturno é precária, e que não havia, na época, qualquer tipo de negociação com o governo estadual a esse respeito. Também, inexistia uma política de capacitação para o docente, apenas registravam-se algumas iniciativas de cursos isolados que não significam praticamente nada, em termos de qualificação de forma concreta⁵.

Nosso entrevistado não se sentiu em condições de responder às questões sobre a avaliação que o Sindicato faz da Reforma do Ensino Médio com a LDB nº 9.394/96, o Decreto nº 2.208/97, Parecer CNE nº 15/98 e a Resolução nº 3/98, como tampouco sobre a posição do Sindicato diante da atual política estadual para o ensino médio, especialmente o ensino noturno, considerando as condições de vida, estudo e trabalho do trabalhador-aluno e a natureza das reivindicações sindicais, junto aos órgãos competentes para garantir a qualidade do ensino médio noturno. Recomendou, então, que procurássemos a então Secretária de Comunicação e Imprensa da direção executiva do Sindiute para se pronunciar sobre estas questões.

Durante os meses de maio e junho de 2001, entrevistamos e aplicamos um questionário semi-aberto à referida Secretária, militante histórica da esquerda e componente do grupo fundador do Sindiute. Segundo ela, as pautas de luta eleitas como prioritárias para o Sindiute estão situadas em torno dos seguintes eixos:

- conquista do reajuste salarial, enfatizando a já histórica luta do piso salarial; manutenção dos direitos ameaçados pelo governo; realização de concurso público para o quadro de servidores de apoio nas escolas; aplicação do Plano de Cargos e Carreira – PCC na Prefeitura de Fortaleza, no que se refere às ascensões funcionais; nomeação de um significativo número de professores concursados em 1997 e que até o início de 2003 ainda não foram chamados pelo Estado; realização de eleições diretas para gestores escolares; implantação da gestão nas escolas com base na democracia direta;
- fim do telensino e do telecurso 2000, obrigatórios no Estado; combate a todas as medidas de adaptação da educação ao modelo excludente do capitalismo social-democrata liberal: avaliação, política de correção de fluxo – classes de aceleração, ensino por ciclo etc.;
- luta por um projeto de educação para a emancipação, que contribua para a formação do sujeito coletivo capaz de romper com o sistema, seu estado, sua política, seu mercado e construir a sociedade da emancipação humana.

A respeito das concepções assumidas em torno da problemática do trabalho na sociedade atual e sobre como tais concepções norteiam a luta do Sindicato pela qualidade da escola de ensino médio, especificamente a escola de ensino médio noturno, a escola do trabalhador, a Secretária deteve-se em comentar a posição da diretoria sobre o conceito de trabalho na sociedade atual e em como tal conceito se reflete, de maneira geral na educação, sem apresentar, de forma específica e concreta, algum indício de preocupação diretamente identificada com as questões relativas ao ensino médio/ensino médio noturno, como também assim não fez, quando questionada sobre as pautas atuais de luta do Sindiute. A sua justificativa é a de que a direção está preocupada em *contribuir para a reflexão sobre a natureza da crise da sociedade do trabalho...* uma vez que, de acordo com sua visão, *o conceito de educação voltado para o trabalho, ou colocando o trabalho como princípio educativo esbarra na*

5 Havemos de lembrar aqui o Projeto Magister, iniciado no final do ano 2000, através de um convênio realizado entre a SEDUC/UFC/UECE/URCA/UVA para qualificar cerca de 4.900 professores da rede pública municipal e estadual no Estado. Apesar da atitude louvável de tal investimento, os professores têm até hoje enfrentado sérios problemas para realizar esse curso em serviço, por conta das condições materiais dadas para que esse se concretize.

*objetividade da crise do trabalho*⁶. Para ela, em suma, como a educação não resolve o problema do desemprego, há que se mudar o emprego da vida.

Com relação às atuais políticas educacionais para o ensino médio/ensino médio noturno, levando em conta a LDB nº 9.394/96, o Decreto nº 2.208/97 e os PCNEM, a Secretária declara reconhecer a *marca da dualidade para quem advoga uma educação unitária*, refletida na separação entre um ensino regular de educação básica e um outro para a formação profissional, considerando sequer haver no ensino básico a *perspectiva de uma formação integral para a omnilateralidade*, estando essa legislação comprometida com o *controle e direcionamento nos limites do sistema*.

No que diz respeito especificamente à atual política estadual para o ensino médio/ensino médio noturno, consubstanciada no PEMCE, a Secretária menciona a luta do Sindicato para pôr fim à situação *gritante* da dualidade no Ceará, expressa através do Programa Tempo de Avançar, um *supletivo para dar diploma em massa, sem nenhuma preocupação com a qualidade*, ressaltando, ainda, o repúdio aos Liceus e Centros Vocacionais que teriam o *claro objetivo de formação profissional*.

Consideramos uma questão digna de nota a posição do Sindiute, contrária à política de qualificação/requalificação consubstanciada no Planfor, financiada com recursos do FAT.

Por fim, na opinião da Secretária, dentre as maiores dificuldades que o Sindiute enfrenta hoje, se destacam *o desconhecimento por parte da categoria da dimensão da crise na sociedade na educação e, portanto, da necessidade urgente de nos constituirmos como sujeito para transformar a educação e a sociedade*, como também, *a oposição dos governantes, da justiça, da CUT, da APEOC e da maioria dos partidos ditos de esquerda, no sentido de fortalecer a APEOC e acabar com o Sindiute*.

Consideramos oportuno confrontar as posições básicas expressas por essa Secretária com a posição de uma professora, ex-integrante da diretoria anterior do Sindiute e representante dos trabalhadores em educação junto à CUT, em 21/05/2001.

Com relação à posição do Sindiute frente às atuais políticas educacionais, considerando a LDB nº 9.394/96, o Decreto-Lei nº 2.208/97, os PCNEM e o PEMCE, a professora denuncia a significativa ausência de discussão sobre o assunto, mas reconhece que o Sindiute assume posições firmes no sentido de *não participar dos fóruns tripartites, em recusar o argumento do Fundef como “salvação” da educação, em questionar o papel dos supletivos e dos chamados cursos de expansão, como o tempo de avançar do governo estadual*. Na sua avaliação, tais posições estão relacionadas com o *desmonte do ensino médio*, com a falta de absorção da mão-de-obra que freqüenta o ensino médio noturno pelo mercado de trabalho e, por fim, com a pouca participação dos docentes do ensino noturno nas discussões e atividades sindicais, que se agravam com a rotatividade dos professores temporários.

A posição da entrevistada com relação à política do governo para os programas de qualificação/requalificação profissional utilizando as verbas do FAT e a participação nos conselhos tripartites, como o CET, por exemplo, faz coro com a posição oficial do Sindiute, contrária à política da CUT no programa de qualificação profissional do governo brasileiro.

As posições defendidas pela APEOC, por sua vez, bem como as informações aqui expressas, nos foram fornecidas⁷ por um professor aposentado pela rede estadual/SEDUC e pela UECE, assessor para assuntos educacionais e coordenador do Departamento de Aposentados da APEOC.

A exemplo do que fizemos em relação ao Sindiute, tentamos aqui traçar uma caracterização geral da APEOC. Este Sindicato foi fundado em 1961 como uma associação, razão pela qual até hoje conserva a sigla inicial que a tornou conhecida e transformou-se em Sindicato no ano de 1989. Sua história tem sido registrada através de atas – algumas desaparecidas em crises - recortes de jornais, fotografias e fitas de vídeo. Possui sede própria ocupando uma área de 1000 m² aproximadamente, funcionando durante 24 horas com a Casa do Professor que hospeda professores de outras cidades do nosso Estado. A APEOC possui cinco sub-sedes localizadas, respectivamente, nas cidades de Aracati, Baturité, Iguatu, Quixadá e Sobral.

6 Conferir a crítica de ARAÚJO (2000:160-165) sobre a problemática compreensão do Sindiute no que se refere à crise do capitalismo e do fim do trabalho.

7 Em entrevista realizada na sede da APEOC no dia 3 de agosto de 2000.

Os sindicatos dos trabalhadores em educação no Ceará: (re)ações às políticas educacionais para a formação dos trabalhadores

Com relação à existência de dois sindicatos representando a mesma categoria, declara o assessor da APEOC só existir, de fato, um sindicato. Segundo ele, *a partir de 1991 a justiça já diminuiu essa questão, onde o despacho probe o uso do nome Sindicato ao Sindiute, podendo este ser penalizado se assim o fizer*. Dessa forma, a APEOC faz questão de “desconhecer” a existência do Sindiute, o qual desde a sua fundação é filiado à CUT, embora afirme ele manter uma relação fraterna com outras entidades de base e sindicatos filiados à CUT ou não, estabelecendo inclusive uma ação conjunta com os sindicatos que se comprometam na prática com uma educação de qualidade, principalmente através da CUT.

O nosso entrevistado faz eco ao discurso oficial dominante, de adaptação da escola a uma sociedade supostamente de iguais, na qual *o homem tem que ser educado por novos paradigmas em que o aprender a ser, a fazer e ao viver⁸ sejam o eixo central na formação do novo homem* e, assim, *a educação tem que se preocupar com as novas exigências que o trabalho na escola de forma competente*, revelando na sua fala um caloroso otimismo técnico revestido pela doutrina de adaptação à nova ordem neoliberal.

O aumento e reposição salarial, a existência da Casa do Professor em todas as cidades de porte médio do Estado e a ampliação da Colônia de Férias, são, segundo o nosso entrevistado, as principais reivindicações da categoria junto à APEOC que afirma não conseguir atendê-las.

As principais conquistas da APEOC, ao longo da sua história, foram: a aposentadoria especial que se generalizou depois para o Brasil inteiro; a regência de classe ou *pódegrz* e a redução da carga horária por idade e tempo de trabalho.

Com relação à situação salarial dos professores, APEOC e Sindiute concordam que o professor ganha muito mal e é muito sacrificado com uma grande sobrecarga de trabalho. Na avaliação dele, o professor do ensino médio/ensino médio noturno ganha muito pouco para o esforço que faz, pois este profissional trabalha *antes, durante e depois do expediente*. Quanto à negociação salarial com os governos municipal e estadual, *apesar de existir uma negociação permanente tu blicas óno que o governo quer dar*. Não obstante essa situação, ele fez questão de mencionar algumas conquistas, como o pagamento integral

mensalidades dos professores da rede estadual e de 50% para os professores da rede municipal de Fortaleza que estão realizando a licenciatura em pedagogia em regime especial na UVA; a retomada do financiamento de computadores em termos mais acessíveis como o dinheiro do FAT e o financiamento de casa própria em fase final de estudo com os governos estadual e municipal. A política de capacitação para o docente do ensino médio/ensino médio noturno é considerada por ele *muito tímida porque hoje se exige a educação continuada para qualquer profissional na sua profissão, principalmente para o educador*.

A respeito da avaliação do Sindicato diante da proposta do governo para o ensino médio através da LDB nº 9.394/96, Decreto nº 2.208/97, Parecer CEB/CNE nº 15/98, Resolução nº 3/98 e dos PCNEM, o assessor da APEOC considerou a Reforma igualmente *tímida* em condição de *atender à realidade brasileiro no que diz respeito à profissionalização do nível médio para as mais diferentes atividades, fazendo com que profissionais de nível superior ocupem o lugar de técnicos que poderiam ser bem formados*. Quanto aos PCNEM, é de opinião que eles *representam um razoável avanço em termos de formação do cidadão como sujeito histórico numa visão ampla e não limitada como era antes*, lamentando, contudo, que isso *esteja ainda só no papel*. Avalia, ainda, negativamente, a retirada da formação profissionalizante do currículo.

A posição da APEOC difere frontalmente da posição assumida pelo Sindiute, que se declara contrário às atuais políticas educacionais para o ensino médio/ensino médio noturno, por entender que elas acentuam o dualismo agora traduzido na separação entre o ensino regular e o ensino profissionalizante e na concepção de um ensino diferenciado para os Liceus, CVTs e Programa Tempo de Avançar, por exemplo, apresentando uma concepção bem distante da escola unitária que esse Sindicato declara defender.

Com relação à posição da APEOC diante da atual política estadual para o ensino médio, especialmente o ensino médio noturno, considerando as condições de vida, estudo e trabalho do trabalhador-aluno e o que este Sindicato está reivindicando de concreto a esse respeito, junto aos órgãos competentes, para garantir a qualidade do ensino ministrado, o seu assessor argumentou ser o ensino médio noturno *uma engarrafada*

8 Repetindo “ao pé da letra” a lição da Unesco para os países do terceiro mundo.

*quando se estabelece um município com 5h/a à noite, semelhante ao diurno, considerando que o aluno da noite é um trabalhador. Para ele, tal situação faz com que o professor e o aluno não tenham condições de suportar a carga diária, fazendo com que na primeira aula comecem a sair e na última terminem a aula*⁹.

Ainda sobre esta questão, o referido assessor entrevistado menciona que a APEOC *assume uma posição de denúncia diante do desrespeito a uma legislação em que a escola tem que se adequar ao trabalhador-aluno*, apontando como solução para esta questão a proposta do Sindicato em *aumentar o número de anos e semestres e reduzir o número de aulas, sem o empobrecimento do curso*, segundo ele, proposta esta divulgada *na imprensa e em debates com o trabalhador na base*.

No nosso modo de entender, esta é uma solução que não favorece o trabalhador. Por que não assumir uma óptica contrária? Lembramos aqui o PL 101, preterido pela atual LDB, que defendia a negociação da redução da jornada de trabalho do trabalhador-aluno entre o governo e o patronato, com o que, em tese, o patrão ganharia duplamente, teria um funcionário mais qualificado e receberia como contrapartida do governo um percentual de isenção fiscal.

Assume a APEOC frente à implantação do telecurso 2000 nas escolas públicas de ensino médio no nosso Estado, segundo seu assessor, uma *posição crítica*. Para ele, mesmo entendendo que, conforme se expressou, tudo tem um lado positivo e outro negativo, acredita ser o único aspecto positivo o fato de *trazer para a escola os adultos que nunca a frequentaram, ou aqueles que frequentaram e dela saíram pelos mais diferentes motivos que, possivelmente, não procurariam a escola em uma proposta de ensino médio de três anos*.

Ainda, para esse assessor, o aspecto negativo está na *perda da qualidade, funcionando essa proposta muito mais para que o Ceará se apresente bem nas estatísticas de condcentes do ensino médio*. Na sua opinião, necessitamos *de grandes investimentos para o ensino médio* para que seja possível atender às exigências dos PCNEM, visando para isso *a formar a cidadã, inclusive com domínio de conteúdos, sem os quais é impossível pensar em um Ceará e um Brasil desenvolvidos nessa época de competitividade decorrente da globalização para a qual não nos preparamos e estamos nos preparando de forma muito acanhada*. Vale lembrar que a

posição do Sindiute, por sua vez, é radicalmente contrária ao Programa Tempo de Avançar, denunciando esse como forma de discriminar o aluno no seu direito de frequentar uma escola unitária, atendendo tão-somente às exigências do projeto neoliberal.

Ao contrário do Sindiute, a APEOC, como entidade filiada à CUT e integrante da corrente majoritária, a Articulação Sindical, comunga com a posição assumida por essa Central de promover programas de qualificação profissional com recursos do FAT, por

... se em estes recursos dos trabalhadores e, como tal, deverá (a CUT) administrá-los e utilizá-los a serviço dos trabalhadores, evitando, inclusive, sejam estes utilizados em projetos das Secretarias de Trabalho e Ação Social, nos diferentes níveis da administração pública ou pelas federações e confederações patronais ou mesmo pela Fundação Roberto Marinho.

Ainda, para o assessor da APEOC, é obrigação do governo oferecer

... escolas que bem preparem os futuros e os atuais profissionais, a fim de que ingressem e continuem no mercado de trabalho, como força produtiva, competente e consciente do seu papel, enquanto ser histórico, cumprindo os seus deveres e cobrando seus direitos, no pleno exercício do cidadanismo.

Finalmente, o referido assessor defende a noção de que as entidades de trabalhadores, *de forma complementar*, devem utilizar-se da

... maior parte possível desses recursos para bem investir na qualificação e requalificação dos trabalhadores ... o que significa formar e capacitar permanentemente, acompanhando os avanços tecnológicos, na perspectiva de um mundo globalizado, onde temos de ser competentes para disputar o mercado de produção com as grandes potências

9 Conferir as pesquisas realizadas sobre o ensino noturno como as de HICKMANN (1992), PUCCI (1992), VIANA (1996), dentre outras.

E aqui cabe um questionamento: por que em vez da utilização desses recursos, *definiam complementar*, não se luta para que esses investimentos sejam utilizados para oferecer uma escola de ensino médio de qualidade, digna e decente, de formação geral para o trabalhador?

Entender a posição assumida pelos dois sindicatos que representam os interesses dos trabalhadores da educação no Ceará merece considerar como ponto de partida a observação de ARAÚJO (2000:6) sobre a função dos sindicatos na perspectiva do marxismo, qual seja, a de constituírem-se *escolas de lutas de classes, ainda que, plantadas no solo das relações imediatas da luta dos trabalhadores contra o capital...* e a de que *a práxis sindical deve ser mediadora da educação dos trabalhadores e deve organizá-los para a luta revolucionária anti-capitalista*.

Nesse sentido, dos dois sindicatos que representam no Estado do Ceará, os trabalhadores da educação, APEOC e Sindiute, podemos dizer que o primeiro tem historicamente mantido uma *política de boa vizinhança* com o governo do Estado, na luta pelos interesses da categoria. O segundo tem tentado defender a categoria do ataque do projeto neoliberal, apesar das dificuldades já explicitadas aqui e a partir de uma compreensão, a nosso ver, equivocada, da negação do trabalho como princípio educativo.

Um aspecto digno de nota diz respeito à posição da CUT, no mínimo questionável, e que é assumida pela APEOC, em compactuar com o alto investimento do governo nos programas de qualificação/requalificação do FAT, em vez de lutar para que estes recursos sejam destinados ao ensino médio regular, este, por sua vez, mantido sem um orçamento próprio e com poucos recursos que tão-somente garantem a sua manutenção em um patamar mínimo de funcionamento. Tampouco podemos concordar com a crença “ingênua” defendida pela APEOC de que esses programas estão a formar trabalhadores capazes de acompanhar o avanço tecnológico, tomando-os competentes para atender às exigências do mercado. Primeiramente, porque o percentual de reingresso do trabalhador, egresso desses programas no mercado, tem sido muito baixo, pois a reabsorção do desempregado não depende de sua qualificação, mas depende de um projeto social mais amplo que caminhará na contramão das necessidades e dos propósitos do capital diante de sua crise atual e que evidentemente não foi identificado na pauta do governo FHC até o final do seu segundo mandato. Em segundo lugar, temos a considerar que a natureza da formação aligeirada nesses cursos, com certeza, não

proporcionará, sequer, uma formação competente na visão do mercado capitalista.

Outro fator relevante que reforça a nossa avaliação com relação à passividade da APEOC é que, apesar de uma adequada infra-estrutura financeira e material, tem esse Sindicato se caracterizado por uma prática assistencialista e pela ausência de uma ação efetiva na luta pela organização dos trabalhadores da educação. É oportuno ressaltar, aqui, que, no depoimento do assessor da APEOC, não conseguimos vislumbrar a existência de um projeto político orgânico de luta, sendo mencionadas, tão-somente, algumas conquistas pontuais, para ele, de autoria do Sindicato, como a aposentadoria especial, a regência de classe ou *pódegz* e a redução da carga horária por idade e tempo de trabalho.

O referido assessor reconheceu, ainda, os péssimos salários dos professores, especialmente daqueles de ensino médio/ensino médio noturno, embora afirme existir uma *negociação permanente* com o Estado e o Município de Fortaleza sobre a questão salarial.

Por fim, ao ser questionado sobre a existência de um projeto que exija do governo uma formação de qualidade para o trabalhador, garantida através do ensino ministrado na escola pública de ensino médio, especificamente no ensino noturno, o assessor da APEOC diz reconhecer as dificuldades que enfrenta o trabalhador-aluno e seu professor e que a posição do Sindicato é de denúncia na imprensa; como também a de debater com os trabalhadores na base, com *uma proposta que aumente o número de anos ou semestres e reduza o número de aulas, sem o empobrecimento do curso*. Havemos de convir que a fragilidade da crítica assumida justifica-se pelo fato deste Sindicato ter uma história que cada vez mais se identifica com uma perspectiva a favor da ordem, com a posição imobilista da maioria dos sindicatos do mundo e do Brasil que “rezam de joelhos e de mãos dadas” com as imposições do projeto neoliberal.

Nesse contexto, situa-se o depoimento da ex-integrante do Sindiute e representante cutista dos professores já citada neste artigo, contrário à posição assumida pela CUT e pela maioria dos sindicatos cutistas, como a da APEOC, por exemplo, fazendo coro ao Sindiute, colocando-se terminantemente contra o projeto governamental de formação profissional, recusando-se a participar nos conselhos tripartites, evitando compactuar com o programa de qualificação/requalificação financiado pelo FAT.

Vale ressaltar, contudo que, malgrado todo o compromisso político de um sindicato combativo que defende um projeto de uma escola pública de qualidade, laica, gratuita, unitária e universal para a classe trabalhadora; os direitos e conquistas da categoria, na esfera da escola, da rua e do governo, com movimentos de mobilização (manifestações, passeatas, protestos e atos públicos); greves, audiências e reuniões com o poder público; fóruns de debate no sentido de organizar a luta dos trabalhadores em educação através de seminários, simpósios, congressos, encontros, conferências e assembléias, o Sindiute conta com uma série de dificuldades para concretizar a sua luta. Dentre elas podemos citar as enormes carências financeiras; a falta de tempo dos seus filiados e dirigentes para investir a formação política; a precária infra-estrutura de recursos humanos e materiais que compromete a organização e funcionamento do Sindicato¹⁰.

Não se pode deixar de apontar, ademais, dentre tais dificuldades, com base nos dados coletados, a existência de uma crise interna que provocou um “racha” entre as diferentes facções políticas que compunham a diretoria anterior, por ocasião da última eleição de dezembro de 1999, quando, vale lembrar, a corrente hegemônica representada por membros do ex-PART, hoje auto-denominada corrente emancipacionista, não acatou a orientação da convenção cutista de lançar uma chapa mista única, lançando uma chapa somente com representantes da referida corrente. Tal situação fez com que os representantes das outras tendências se retirassem do processo eletivo, passando, desde então, a constituírem-se em oposição dentro do próprio Sindiute, tendo, inclusive, um membro da antiga diretoria se transferido para a APEOC, ocupando hoje um cargo na sua diretoria.

Ainda, temos a lamentar que o Sindiute esteja a defender uma posição política baseada no fim da sociedade do trabalho, rechaçando, por conseguinte, o trabalho como princípio educativo, representando, no nosso entendimento, uma interpretação equivocada do conceito marxiano de trabalho, discutido em nossa tese de doutorado, *O ensino médio noturno sob o signo da Reforma: implicações na formação do trabalhador*.

É pertinente ressaltar a clareza da compreensão da representante cutista em discordar da posição do

Sindiute em assumir as idéias do Grupo Krisis, do fim da centralidade do trabalho, uma incoerência para ela na medida em que um sindicato tem como função defender os direitos do trabalhador, daquele que vive do trabalho.

Concordamos, ainda, com o lúcido entendimento dessa representante de negação ao envolvimento da CUT nos programas de qualificação/requalificação do FAT, por força da Articulação Sindical, corrente hegemônica da CUT que acena para um sindicalismo propositivo e participativo, com assento nos fóruns tripartites, que buscam a conciliação entre capital e trabalho, referendando a posição do Sindiute, contraposta àquela assumida pela APEOC. A citada representante soma também a sua posição, à do Sindiute, mostrando-se contrária à política do Fundef; ao supletivo e ao Programa Tempo de Avançar, aceito com alguma reserva pela APEOC, por acreditar que tais iniciativas só servem para implementar a política do Estado mínimo.

Com relação à luta dos dois sindicatos, APEOC e Sindiute, pela qualidade do ensino médio/ensino médio noturno, não conseguimos identificar em nenhum dos depoimentos de seus representantes uma posição específica e determinante de luta visando à formação do trabalhador, momento no escopo do ensino médio noturno. Os dois concordam com a existência de dificuldades e problemas desse nível de ensino, especialmente no turno noturno, mas não apresentaram um projeto concreto que se pudesse converter em uma agenda, mínima que fosse, de reivindicações a ser levada junto às autoridades e órgãos competentes, apesar de reconhecermos as dificuldades atuais em razão da complexidade de fatores que enfraquecem o poder de força dos sindicatos, especialmente de sindicatos que não se rendem ao mando do poder hegemônico, como tenta fazer o Sindiute.

Finalmente, temos de reconhecer a fragilidade das posições encetadas pelos representantes dos dois Sindicatos, no que diz respeito ao ensino médio/ensino médio noturno e à formação do trabalhador a partir da LDB n° 9.394/96, revelando, de alguma forma, uma falta de conhecimento mais apurado dessas questões, levando-nos a avaliar não ser esta, no complexo das reivindicações que orientam a luta sindical no plano da educação, preocupação central dos dois sindicatos, no momento atual.

10 A esse respeito, consultar a opinião de ARAÚJO (2000:157).

Bibliografia

- ANTUNES, R. L. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARAÚJO, R. D. **O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará**: uma história de luta e contradições. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2000.
- BARROSO, S. Neoliberalismo e movimento sindical. In: **Revista Princípios**, nº 46. São Paulo: Anita Garibaldi, agos/set/out de 1997. p. 45-49
- BOITO Jr., A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In: **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Brasiliense, v.I, nº 3, 1996. p.80-105
- DAMIANI, C. **Formação Profissional e Sindicalismo**: antinomias do projeto de formação profissional da CUT no contexto da política neoliberal. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 1998.
- HICKMANN, R. I. **Estudar e/ou trabalhar**: ser aluno trabalhador é possível? Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- JIMENEZ, S. V. A educação na perspectiva da centralidade do trabalho. In: **Trabalho e educação**: uma intervenção crítica no campo da formação docente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- JIMENEZ, S. V. et al. **A Educação do Trabalhador nos Marcos do Tripartismo** - (Análise das posturas político-ideológicas dos segmentos que compõem o Conselho Estadual do Trabalho no Ceará). Fortaleza: IMO-UECE-CUT/Núcleo Trabalho e Educação-Faced-UFC, janeiro, 1998.
- PUCCI, B. et al. Aluno do ensino noturno: um trabalhador ignorado. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: 17(2):32-44, jul/dez, 1992.
- VIANA, C.M.Q.Q **A Escola Pública Noturna de 2º grau para o trabalhador-aluno**: uma questão de vida e luta. Relatório Final da Pesquisa. Fortaleza, outubro de 1996. (mimeo)